

**TRÊS CAMINHOS PARA PERCEBER AS MATERIALIDADES NA PESQUISA EM
COMUNICAÇÃO:
HISTÓRIA CULTURAL, CRÍTICA NÃO-HERMENÊUTICA E MEIOS SEM FIM**

Bruno Guimarães Martins¹
Universidade Federal de Minas Gerais / CNPq
brunomartins@ufmg.br

Nísio Antônio Teixeira Ferreira²
Universidade Federal de Minas Gerais
nisiotei@gmail.com

Resumo

Este ensaio pretende sugerir ao pesquisador metodologias não excludentes, especialmente a partir do desenvolvimento de uma sensibilidade para perceber a historicidade e as materialidades dos fenômenos de comunicação pesquisados. Tal percepção pode conduzir a enriquecedoras reflexões políticas sobre os meios de comunicação.

Palavras-chave: Materialidades da comunicação; história cultural; política; meios de comunicação.

Abstract

This essay intends to suggest the researcher not mutually exclusive methodologies, especially from developing a sensitivity to perceive the historicity and materialities of communication phenomena. This perception can lead to enriching political reflections on the media.

Keywords: Materialities of communication; cultural history; politics; media.

Simultaneidade contemporânea

Partimos de uma imagem que acreditamos sintetizar a sugestão metodológica esboçada neste artigo. No primeiro episódio de *Chef's Table*, uma série de documentários lançada pelo Netflix em 2015, é-nos apresentada uma fantástica

¹ Professor Adjunto do Departamento de Comunicação Social da UFMG desde 2006. Colaborador no Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFMG e pesquisador do CNPq. Dedicou-se à investigar a história dos meios de comunicação, especialmente na formação de uma cultura do impresso no Brasil.

² Professor Adjunto no Departamento de Comunicação Social da UFMG desde 2010. Jornalista, com ênfase na área cultural tem mais de 20 anos de experiência entre textos, políticas públicas e projetos de pesquisa científica voltados para essa área.

recriação gastronômica. Buscando explorar as qualidades de um tradicional queijo da região de Modena, o ambicioso cozinheiro italiano Massimo Bottura, inspirado por procedimentos da arte contemporânea, desenvolveu um prato notável para sua osteria: *Five ages of Parmegiano Reggiano in different textures and temperatures*.³ Sem desconsiderar a história do ingrediente (suas “idades”), ele é decomposto em cinco texturas e temperaturas a partir de diferentes técnicas para recompô-lo em um prato no qual cinco “estados” diversos do queijo podem ser degustados simultaneamente. De forma similar, gostaríamos de defender que um dos caminhos para compreender os fenômenos da comunicação na contemporaneidade é observá-los a partir de suas qualidades materiais, entretanto, o pesquisador sensível às materialidades da comunicação necessita lançar mão de distintas tradições teórico-metodológicas para apreender algumas de suas matizes históricas, filosóficas, estéticas e políticas.

Nosso artigo não pretende esgotar ou historicizar teorias dedicadas às materialidades da comunicação, mas sensibilizar o pesquisador para considerá-las, a partir de três caminhos possíveis, que, acreditamos, desenvolvem melhor suas potências ao serem trilhados simultaneamente. Iniciamos com a polêmica entre determinismo tecnológico e a dinâmica de dependência e diferença, travada no âmbito de uma história cultural. Prosseguimos com a sugestão de se renovar a tarefa crítica das humanidades ao se deslocar a atenção à hermenêutica, configurando-se um campo não-hermenêutico sensível à materialidade dos meios de comunicação e aos efeitos de presença. Finalmente, dialogando com a filosofia e a história, buscamos por fins políticos da pesquisa em comunicação a partir de seus meios.

Por uma história cultural entre dependência e diferença

Poucos divergem a respeito da função estruturante da escrita em relação à narrativa e à consciência histórica, entretanto, no que diz respeito à seleção de modificações ou acontecimentos decisivos na história da escrita, é difícil encontrar consenso. Todavia, parece ser possível identificar duas grandes linhas: de um lado, estariam os que se concentram em transformações técnicas ou sistêmicas – a

³ O que torna esta criação ainda mais deliciosamente contemporânea é o fato de que se trata da releitura de um prato originalmente criado em 1995 por Alain Ducasse, *Three Textures and Temperatures of Parmegiano Reggiano*.

representação fonética, o alfabeto, o pergaminho, o códex, os tipos móveis, a imprensa – como capazes de modificar de maneira determinante as formas de produção, armazenamento e circulação do conhecimento; de outro, aqueles que buscam se afastar do que críticos chamam “determinismo tecnológico”, professando um conjunto complexo de fatores – econômicos, sociais, políticos etc. – dentre os quais transformações técnicas encontram-se inseridas. Diante dessa estimulante polêmica que posiciona os meios de comunicação no centro de uma história cultural, nos parece importante adotar uma posição ambígua, ou seja, não se trata de aderir a uma das argumentações, mas de afirmar que ambas podem ser úteis ao pesquisador da comunicação, uma vez que poderá traçar relações entre modificações técnicas nos meios de comunicação e transformações culturais. Dentre os argumentos acusados como deterministas, abordaremos os esforços de Elizabeth Eisenstein em qualificar os novos agenciamentos proporcionados pelo aparecimento da imprensa na Europa como revolucionários. Por sua vez, os conceitos de dependência e diferença, tal como formulados por Roger Chartier, se apresentam como contraponto, distendendo a perspectiva temporal para uma rede complexa de fatores e transformações observados em uma “longa história da leitura”. Como uma nota metodológica, é importante destacar que ambas perspectivas realizam distanciamentos temporais expressivos, comparando as longevas tradições do manuscrito e do impresso. Esta estratégia de distanciamento nos parece primordial para delinear como as formas de comunicação compõem e interferem nas dinâmicas sociais e culturais.

Ao descrever os efeitos e consequências da mudança do manuscrito para o impresso na Europa ocidental de meados do século XV a meados do século XVI, Elisabeth Eisenstein (1979) investigou de que formas a imprensa alterou a comunicação escrita dentro de uma comunidade letrada. A autora apresenta a imprensa como “*agent of change*” capaz de impulsionar revoluções científicas, religiosas, políticas e econômicas. Desconfiamos dos limites impostos pelo recorte metodológico adotado pela autora, que privilegia o desenvolvimento de suas hipóteses restringindo-se à comunicação dentro de uma “*Commonwealth of Learning*”, pois parece pressupor que as transformações em uma comunidade letrada afetam, de “cima” para “baixo”, todas aquelas que se situam

fora dela. É preciso pontuar que a autora define “revolução” como algo que não se reduz em fórmulas simplificadoras, implicando paradoxalmente continuidades e rupturas.

Se o esforço de sistematização no primeiro século da imprensa europeia não impediria que se repetissem erros e se cometessem equívocos em edições mal feitas ou apressadas, a percepção de erros por um número cada vez maior de leitores faria com que os editores aperfeiçoassem suas publicações, acumulando e expandindo referências e marcando uma diferença em relação aos leitores de manuscritos. O aperfeiçoamento e a correção de textos em sucessivas edições surgiu como “vantagem” característica da imprensa, eliminando a “corrupção” que marcava os manuscritos. Daí o futuro parecer mais “esclarecedor” que o passado. Ao lado da disseminação e da padronização, a conservação do conhecimento foi profundamente modificada pela reprodutibilidade da imprensa, pois, a reprodução mecânica das prensas contrastava com a mão corrompedora dos copistas. Dessa forma, com a impressão tipográfica, a durabilidade do suporte material tornou-se menos importante, ou seja, a abundância do papel substitui a imutabilidade da pedra e a escassez dos pergaminhos.⁴ Se, por um lado, tornou-se mais clara a distinção entre o antigo e o novo, entre um processo de recuperar e conservar os textos da tradição (“*recovery*”) e descobrir algo novo (“*discovery*”), por outro lado, para se preservar o conhecimento não seria mais necessário escondê-lo ou trancafiá-lo em cofres ou lugares secretos, mas multiplicá-lo e torná-lo público. Tal publicidade cultivou uma nova comunidade letrada, formada principalmente de literatos vulgares que protagonizou uma significativa modificação na forma de ação social: a impessoalidade da comunicação impressa tornou possível uma “ação social à distância”. Emergiu um tipo de público que não possuía um ideal definido, mas que era permeável à força das ideias (Cf. Eisenstein, 1979).

Ao efetuar um recorte conveniente que privilegia os impactos da imprensa dentro de uma comunidade letrada, Eisenstein posiciona essa mesma comunidade como o centro da produção e recepção do conhecimento. Tal recorte não parece ser compartilhado por Chartier, uma vez que, em seu amplo conceito de cultura, inclui a

⁴ Foi essa escassez, conjuntamente com sua materialidade, que fez dos pergaminhos e papiros suporte para palimpsestos, que, partindo de uma reutilização, faziam com que os textos fossem dispostos em diferentes camadas. Com a imprensa, esse tipo de “profundidade” se apaga, trazendo textos mais planos, cuja complexidade reside nas relações que têm entre si.

diferença produzida por apropriações de dentro ou de fora do âmbito de uma cultura letrada. Apesar de mostrar-se sensível à materialidade e à tecnologia, refletindo sobre a inegável importância da transição do manuscrito para o impresso, o historiador francês insere o advento da imprensa em uma “história de longa duração” da escrita e da leitura em que as transformações operadas pela invenção de Gutenberg teriam sua importância relativizada por outras transformações, como a mudança do pergaminho ao códice,⁵ ou uma maior universalização da leitura, identificada no século XVIII.⁶ Dessa forma não bastaria observar o impacto restrito a uma reduzida classe de intelectuais, sendo necessário observar de que maneira a instituição da imprensa, mesmo ao promover a separação entre letrado e não letrado, não se tornou uma prática cultural isolada. Mútuas contaminações ocorreram entre o dito e o escrito, o manuscrito e o impresso. Ao incorporar um movimento oscilante, que não separa restrições técnicas da diversidade de práticas culturais, Chartier, em *A ordem dos livros*, define ambigualmente “cultura” para revelar o cerne de sua obra:

desencadear uma reflexão de alcance mais geral sobre as relações recíprocas mantidas pelas duas significações que, espontaneamente, atribuímos ao termo cultura. Aquela que designa as obras e os gestos que numa dada sociedade justificam uma apreensão estética e intelectual; e aquela que trata das práticas comuns, “sem qualidades”, que exprimem a maneira através da

⁵ “De início, é claro que, em suas estruturas essenciais, o livro não foi modificado pela invenção de Gutenberg. De um lado, ao menos até princípios do século XVI, o livro impresso mantém-se muito dependente do manuscrito. Imita sua disposição em páginas, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considera-se que deva ser acabado a mão: a mão do iluminador, que pinta iniciais ornadas e miniaturas; a mão do corretor ou *emendator*, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos; a mão do leitor, que escreve na página notas e indicações marginais. De outro lado, e mais fundamentalmente, tanto depois quando de Gutenberg, o livro é um objeto composto de folhas dobradas, reunidas em cadernos ligados uns aos outros. Nesse sentido, a revolução da imprensa não significa a ‘aparição do livro’. Foi com efeito, doze ou treze séculos antes da nova técnica que o livro ocidental encontrou a forma que mantém na cultura do impresso.” (Chartier, 2003: 30-31)

⁶ “Com a imprensa, o leque de utilização do objecto escrito alarga-se e, como corolário, forma-se uma rede de práticas específicas que definem uma cultura original, que esteve durante demasiado tempo reduzida à leitura (...) Reconhecer as particularidades produzidas pela invenção tipográfica não significa quebrar a continuidade que une a era do manuscrito e os tempos do objecto impresso. Em primeiro lugar, elas referem-se à própria forma do objecto. Foi durante os últimos séculos do livro copiado à mão que se pôs em marcha uma hierarquia duradoura que faz a distinção entre o grande fólio, ou “livro de mesa”, que tem que ser pousado para ser lido e que é um livro universitário e de estudo, o livro humanista, com o seu formato médio mais manuseável e que dá a ler textos clássicos e novidades literárias, e, finalmente, o livro transportável, de bolso ou de cabeceira, de múltiplas utilizações, religiosas ou seculares, para a grande maioria dos leitores. (...) Uma segunda poderosa razão leva-nos a inscrever a cultura do impresso no seu enraizamento de longa duração. Com efeito, foi bastante antes da invenção de Gutenberg que surgiu no Ocidente uma maneira de ler, em silêncio e com os olhos, que entre em ruptura com a leitura necessariamente oralizada, universal (ou quase) durante muito tempo.” (Chartier, 1998: 10-11)

qual uma comunidade (...) vive e pensa a sua relação com o mundo, com os outros e com ela mesma. (Chartier, 1994: 8-9)

Nesta significação ambígua de cultura reside a possibilidade de abordar uma tradição diante de suas constantes transformações técnicas e sociais, assim como as práticas de apropriação fugazes e irregulares que atravessam e constituem os circuitos comunicativos sem, no entanto, determiná-los. Dessa forma é possível compreender a circulação de textos a partir de sua *dependência* de regras, como aquelas definidas pelo mecenato ou pelo mercado, além das determinações materiais da linguagem que fazem com que sejam concebíveis, comunicáveis e decifráveis. Apesar de produzidos no interior de uma ordem ou circuito específicos, textos serão decifrados por esquemas mentais particulares que distinguem uma cultura. O contraste entre as restrições “sócio-técnicas” da produção e uma certa indeterminação em sua recepção articulam, paradoxalmente, qualquer texto à dinâmica exemplar de *dependência* e *diferença*, que considera a materialidade dos meios de comunicação sem conduzir o pesquisador a uma perspectiva determinista.

Ecoando as reflexões de Chartier, ao criticar o necessário desafio historiográfico dos meios de comunicação no Brasil, especialmente no contexto do jornalismo, Barbosa e Ribeiro traçaram um panorama dos estudos existentes em quatro eixos e seus respectivos riscos e limitações: 1) Descrição linear e orientada acerca do (des)aparecimento de periódicos importantes, a) muitas vezes limita-se à mera perspectiva factual; 2) análise, predominantemente monográfica, das modificações de estruturas internas dos periódicos, observando um caso único ou um pequeno grupo, b) em geral apresenta ênfase na ação individual dos atores e no risco da ausência de conexões entre “características descritas e observadas e as transformações históricas e sociais”; 3) estudo ideológico e/ou político dos periódicos, priorizando aspectos discursivos, c) a ênfase discursiva implica em apagamento da historicidade nos limites específicos de cada tempo e espaços sociais; e 4) foco em determinado contexto histórico, sob o qual é examinada a evolução e/ou desaparecimento de um periódico, d) relega-se a um plano secundário a dimensão interna dos meios, assim como seus aspectos técnicos, discursivos e profissionais (Cf. Barbosa & Ribeiro, 2009: 7-8). Para evitar estes riscos e limitações, assim como para enfatizar a relação entre produção e

recepção dos meios de comunicação inserindo-os em sua própria historicidade, buscase pela oscilação dinâmica entre dependência e diferença:

Não interessa apenas o que foi registrado, mas também o oculto, o silenciado, os vestígios que restam desse passado. Nessa história, destaca-se a apreensão do social e a percepção da narrativa como lugar da imaginação produtora de sentidos, visualizando o processo da comunicação como um sistema histórico. Neste processo tem tanta importância o conteúdo, o produtor da mensagem e a mensagem, como a forma como o leitor entendeu, nos limites de sua cultura, os sinais impressos. Importa, pois, a apropriação diferenciada de mensagens feita por este que nomeamos público e que viveu num mundo pleno de significados. Importa, sobretudo, os testemunhos do passado, apreendidos como reconstrução ou “trabalhos de memória”. Propomos, portanto, a reconstrução (e sempre como reconstrução) da história dos meios a partir dos indícios. É preciso entender como as ideias são transmitidas. (Barbosa & Ribeiro, 2009: 11)

Assim, se, de um lado, a *dependência* diz da forma como as condições de possibilidade e de inteligibilidade se inscrevem nas invenções estéticas e intelectuais, por outro lado, a *diferença* diz das formas pelas quais as sociedades separam no cotidiano práticas particulares. Não se trata então de escolher mas deixar-se levar pela oscilação entre *dependência* e *diferença*.

Trilhando um caminho não-hermenêutico

Na busca de uma construção histórica que leve em conta a compreensão de seus processos de transformação, Hans Ulrich Gumbrecht se afasta da noção de uma história holística, regida por leis que pretendem descrever uma realidade totalizada. Diante das dificuldades para definir um horizonte e as relações entre as várias perspectivas possíveis (econômica, política, cultural, literária, etc.), o autor se apoia em Niklas Luhmann para buscar na “história das formas de comunicação e dos meios de comunicação o substituto funcional para a antiga história em si mesma” (*apud* Gumbrecht, 1998a: 71). Foi o conceito de “sistemas sociais”, desenvolvido por Luhmann, que levou Gumbrecht a analisar a materialidade dos meios de comunicação como determinante para o sentido. Ao notar a importância central da comunicação na

articulação dos sistemas sociais, Luhmann implicaria suas transformações em todos os outros subsistemas sociais⁷.

Para exemplificar historicamente as relações entre materialidade e sentido, Gumbrecht (1998) recorre ao século XV, quando a rápida ascensão do Reino de Castela à condição de primeira superpotência de alcance mundial coincide com a substituição dos manuscritos em pergaminho por livros impressos. As prensas tipográficas, cuja presença foi amplamente estimulada pelos reis Fernando e Isabel, realizaram uma ampla “transcrição da vida cotidiana”, substituindo os traços do corpo nos manuscritos pelo aparecimento da figura de um autor, cujas intenções se faziam notar nos textos impressos pela recorrência de estilos e ideias. Recuando à Idade Média, para desdobrar seu exemplo, Gumbrecht identifica na consolidação das línguas vernáculas em manuscritos, ao final do século XIII, um primeiro sintoma dessa transformação. Uma vez que a escrita já não era mais executada exclusivamente por clérigos, mas também por um número cada vez maior de escribas leigos, surge uma fratura na divisão tradicional do trabalho. O sentido cosmológico fora, então, deslocado de um lugar autoevidente e intrínseco de uma hierarquia religiosa tradicional para um outro espaço social e comunicativo em que havia a necessidade de interpretar e explicar o sentido. A despeito dessa importante modificação, manuscritos vernáculos continuavam a evocar o corpo por meio da caligrafia dos escribas, vestígios corporais que se tornariam cada vez menos visíveis nos impressos.

Uma vez impressos, os textos não eram mais lidos como indicações para uma *performance* corporal, as intenções do autor deveriam estar explícitas para que fossem interpretadas pelo leitor. Nessa nova configuração, o impresso surge como um *medium* revestido de intenção, por meio do qual autores se comunicam com a consciência de seus leitores. O declínio da autoridade dos intérpretes e a diversidade dos contextos de

⁷ João Cezar de Castro Rocha relaciona as formulações teóricas de Luhmann e Gumbrecht: “A teoria sistêmica estimula a investigação das condições de possibilidade de constituição de sentido já dado – seja este um texto tradicionalmente concebido como possuindo uma interpretação ‘correta’ ou mesmo concebido numa sofisticada teoria da recepção, segundo a qual o significado é resultado temporário de atos particulares de leitura. E aqui a teoria sistêmica forneceu a Gumbrecht o instrumental necessário para levar adiante a importância da materialidade dos meios de comunicação, uma vez que a emergência de sentido somente ocorre através do concurso de formas materiais. Em outras palavras, as condições concretas de articulação e de transmissão de uma mensagem influem no caráter de sua produção e recepção.” (Rocha, 1998a: 18)

recepção despertam a necessidade de se estabelecerem estratégias de interpretação para os textos que circulavam sem a presença de seus autores. A imprensa introduziu, então, um novo espaço de significação que dependia de uma eliminação do corpo, fazendo surgir uma nova estrutura mental para a era moderna: a subjetividade.

O deslocamento epistemológico proposto por Gumbrecht o leva a configurar, como resposta à consideração das materialidades da comunicação, um campo não-hermenêutico. Partindo da percepção de que as humanidades se afastaram de alguns tipos de fenômenos devido à atenção quase exclusiva aos princípios da hermenêutica, o autor reivindica uma revisão da centralidade da interpretação como postura privilegiada na apreensão do mundo. Importante notar que Gumbrecht parte de uma perspectiva ampla de hermenêutica ao distinguir crítica e campo, pois enquanto a crítica estaria junto às práticas institucionais do juízo (acadêmico, artístico, jurídico, religioso etc.), o campo hermenêutico consiste em um conjunto de aspectos que caracterizam o cotidiano da sociedade ocidental após a disseminação da imprensa.

A conotação negativa de expressões cotidianas como “leitura superficial” ou “pessoa superficial” indica o valor atribuído às superfícies e ao corpo, resultado de uma obsessão racional que busca por seu oposto, ou seja, pela “profundidade espiritual” que marca a interpretação do significado. Desprender-se dessa busca obsessiva pelo significado se faz necessário para desautomatizar a experiência, aproximando-a de suas dimensões corpóreas e sensoriais, do que é tangível ao corpo, e revelar a materialidade da superfície, a sensualidade da presença, a gestualidade dos textos. Uma perspectiva não-hermenêutica deseja resgatar à atividade crítica o tema da superfície, da materialidade, do corpo, pois, dessa forma, aspectos estéticos da experiência poderiam ser considerados não só em relação aos significados, mas poderiam ser observados em seus movimentos de intensidade. Ao incluir na experiência do mundo a *performance* do corpo – que sempre interage com alguma materialidade no processo de significação –, o campo não-hermenêutico *desloca* o interesse pela identificação ou pela produção do sentido para a descrição das condições em que o sentido emerge.⁸

⁸ Assim como formulado por Gumbrecht: “No ambiente hermenêutico, a pergunta importante se refere às condições de resgate de um sentido que se tomava por inconteste. (...) [no campo não-hermenêutico] não mais procuramos identificar o sentido, para logo resgatá-lo; porém, indagamos das condições de possibilidade de emergência das estruturas de sentido.” (1998b, 147)

Com a inclusão do campo não-hermenêutico no horizonte da crítica, desloca-se a atenção da semântica e das formas dos conteúdos para se considerarem “os mutáveis meios de comunicação como elementos constitutivos das estruturas, da articulação e da circulação de sentido” (GUMBRECHT, 1998a: 67). As mudanças estruturais pelas quais passam os meios de comunicação provocam um profundo impacto sobre o sentido e suas formas e também reconfiguram as funções dos processos comunicativos, interferindo sobre a mentalidade dos indivíduos envolvidos. Ao relacionar a centralidade da hermenêutica com as transformações no sistema comunicativo, ampliando sua área de influência para o cotidiano, Gumbrecht posiciona decisivamente os meios de comunicação na configuração de uma subjetividade moderna. Tanto nas primeiras formulações das materialidades da comunicação, quanto na configuração do campo não-hermenêutico e seus desdobramentos para o conceito de “produção de presença”, o deslocamento epistemológico sugerido por Gumbrecht destaca uma noção central de emergência, enfraquecendo a centralidade do sujeito na produção de saber. Ao historicizar a emergência da figura epistemológica do observador de segundo grau, indicando como marco para sua inevitabilidade o século XIX, o autor questiona o pesquisador de ciências humanas que se auto observa no momento da observação. Os privilégios de uma apropriação conceitual nas ciências que têm como objeto o homem, ou seja, o sujeito, afastam da percepção do observador os aspectos sensíveis do mundo. A partir de então, para que se mostre verdadeira, a análise dos fenômenos dependeria de um rompimento com seus aspectos aparentes e materiais.

O campo não-hermenêutico sugere um horizonte conceitual que busca integrar formas de apropriação de mundo não-conceituais que foram eliminadas, desde a origem, do discurso das ciências humanas. Incluir as materialidades da comunicação significa buscar aspectos corpóreos e sensuais do significante, tematizar questões superficiais que seriam desprezadas pela hermenêutica. Desviando-se da obrigatoriedade interpretativa o pesquisador poderá incorporar uma das características mais importantes e produtivas dos chamados “estudos da recepção”: *as diferentes formas de apropriação do mundo*. Entretanto, se ao trilhar um caminho não-hermenêutico o pesquisador pode renovar sua sensibilidade crítica, seguirá, de uma forma ou de outra, “interpretando”.

Meios e fins entre história e comunicação na contemporaneidade

Uma necessária reflexão historiográfica nos ensinou o que hoje parece evidente: as formas de grafar a história, em seus aspectos gestual e material, interferem nas narrativas que se apresentam como históricas. Neste sentido, críticas como as formuladas por Hayden White (1973) e Michel de Certeau (1975) revelaram que a “escrita da história” depende tanto das qualidades próprias da escrita, como das idiossincrasias estilísticas dos autores e de seus contextos históricos de produção. Tal reflexão, que encontra uma dobra reflexiva contemporânea com a “história da historiografia”, disseminou a consciência da materialidade no fazer historiográfico, revelando as implicações políticas, especialmente nas formas como a linguagem se apropria e cristaliza suas múltiplas potências. Neste sentido, a escrita configura um palco conflituoso para a história, com batalhas incessantes entre o inscrever e o apagar. É a consciência deste gesto contínuo o que revela as cores políticas da história, seja para aquele pesquisador que enfrenta o desafio historiográfico dos meios de comunicação, seja para aquele que conscientemente observa a ação dos meios nas configurações e representações do acontecimento histórico.

A ilusão de uma linha do tempo, ordenada pela escrita de uma história cujos acontecimentos sucessivamente se encaixam em uma lógica de causa e efeito, alimenta o conceito de progresso e, do seu contrário, do atraso. O que se estabelece como “passado” é o já *conhecido* e, se algo é *reconhecido*, qualifica-se a repetição como atraso. Determinados fatos, cuja seleção sabemos não ser relegada ao acaso, definem os pontos ordenados que desenharam uma linearidade cronológica. Ao diferenciar o presente do passado, a história moderna realizou uma separação inaugural da qual surge o “novo” em relação a um “velho”, o “vivo” que se distingue do “morto”. Dessa forma, o passado irrompe como um *outro*, caracterizando-se como algo diferente do que se é. O surgimento de uma fronteira do presente permite fazer da tradição um passado, excluindo-a; entretanto, se essa separação que se realiza por meio da escrita permitiu a substituição de representações tradicionais, foi o leitor crítico que permitiu ver na história algo que aparentemente não estava lá. Curiosamente, tal leitor não parece buscar por uma história profunda, muito pelo contrário, para *ler a contrapelo*,

como sugerido por Walter Benjamin, é necessário estar atento aos próprios meios, ou seja, o leitor (ou o ouvinte, ou o espectador etc.) deve aguçar sua percepção à qualidade material e sensível do texto que se apresenta. Dessa forma, ler (e escrever) histórias, com a atenção voltada para a qualidade material dos próprios meios, possibilita a revelação de interditos, de vestígios ocultos, de temporalidades outras. Podemos dizer que uma certa sensibilidade material promoveu um esforço autocrítico que busca resistir às exclusões insinuadas pela própria grafia da história.

Cruzamentos com a antropologia e, especialmente, com a etnografia, que se interessa pelo não-escrito, ainda são férteis para desenvolver novos conceitos para ler e escrever histórias. Se hoje escapamos de uma certa filosofia da história que pretendia estabelecer a universalidade de seu discurso, foi porque percebemos seu caráter plural. Contribuiu neste sentido o olhar antropológico que operou inversões na ordem e na origem, deslocando o cozido como pressuposto do cru. Ao escapar à projeção linear e inequívoca do progresso, compreendeu-se a diversidade de histórias observando-se diferentes devires em diferentes culturas, como descreveu Lévi-Strauss (1980) em *Raça e História*. Adotando-se tal perspectiva, a linearidade que insinua-se na história é algo que pode ser invertido e embaralhado, inclusive em relação aos seus próprios meios. Dessa forma, talvez, seja possível formular um novo conceito de história, buscando respostas para a assustadora atualidade de seu problema conceitual:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' no qual vivemos é a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a esta verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX 'ainda' sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (Benjamin, 1994: 220)

Ao retomar as inquietações formuladas pelas teses de Benjamin, Agamben (2015) questiona o progresso da modernidade e apresenta os *meios sem fim*, como figura capaz de abarcar "formas-de-vida" do humano em sua longa história. Visando a atualidade de *meios* configurados em passado longínquo, o *gesto* e o *rosto*, o filósofo realiza um ousado movimento que desloca a escrita do centro da história ao borrar a

distinção entre pré-história e história. Tal deslocamento interessa ao pesquisador do campo da comunicação pois inscreve no centro desta formulação contemporânea do conceito de história preocupações com o fazer (práxis) e com a comunicabilidade. De forma autoconsciente e complexa, o quadro esboçado por Agamben desvia-se, simultaneamente, de uma origem ou finalidades pré-determinadas, assim como da autonomia ensimesmada. Abrem-se possibilidades de reler e escrever a história a partir do *gesto*, definido como “a exibição de uma medialidade, o tornar visível um meio como tal”. Em um exemplo, o filósofo aponta o gesto como verdadeiro “conteúdo” do cinema, abrindo a possibilidade de “ler” o texto cinematográfico como grafia contemporânea do gesto. Neste ponto podemos perceber como a noção expandida de texto permite incluir em seu escopo “elementos verboaudiovisuais, assim como sua natureza de mediador social”, pois a produção e recepção de signos textuais depende “do reconhecimento de sua natureza histórica, marcando sejam concepções de ‘gêneros’ textuais, sejam inscrições em contextos que marcam os textos de capa época” (Carvalho, 2013: 51).

Se a própria escrita faz parte do *gesto* de pesquisa, considerar o *rostro*, desperta mais uma (auto)inflexão, como indica o movimento que caracteriza este *meio* e que nos parece ser aplicável às ciências humanas onde o pesquisador é sempre parte interessada: “Onde quer que uma coisa chegue à exposição e tente agarrar o próprio ser exposto, onde quer que um ser que aparece mergulhe na aparência e deva vir à tona, tem-se um rosto” (Agamben, 2015: 88). Com a figura do rosto, *meio* não-midiático que oscila do interior ao exterior, cuja qualidade insubstancial é capaz de relacionar o singular ao político, pode ser renovado um viés comunicacional que aborda questões de inegável relevância política no mundo contemporâneo: aparência, exposição, visibilidade e reconhecimento. Além disso, o *rostro* inscreve a pesquisa em comunicação em uma temporalidade longa, sem desviar-se de implicações existenciais e políticas do presente: “o homem (...) querendo reconhecer-se (...) transforma o aberto em um mundo, ou seja, no campo de uma luta política sem tréguas. Essa luta, cujo objeto é a verdade, se chama História” (Agamben, 2015: 89). Em contraste aos cada vez mais onipresentes processos de midiatização nas chamadas redes sócio-técnicas, considerar o *rostro como meio* redireciona o olhar do pesquisador à linguagem e ao cotidiano, contribuindo para resistir ao risco constante de ser alienado de seu próprio cotidiano,

de sua própria linguagem. Concentrar-se nos *meios* e manter-se sensível às suas materialidades, assim como à sua historicidade, buscando por métodos que mantenham seus objetos no *limiar*, parece ser um fim possível para a pesquisa em comunicação.

Referências Bibliográficas

Agamben, G. (2015) Meios sem fim: Notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica.

Barbosa, M. C. (2007) Meios de Comunicação e história: Um universo de possíveis. In: RIBEIRO, A. P. G. e FERREIRA, L. M. A. Mídia e Memória: A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, pp.15-34.

Barbosa, M. C. & RIBEIRO, A. P. G. (2009) "Combates" por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0144-2.pdf>, consultado em 10/11/2016.

Benjamin, W. (1994) Sobre o conceito de história. In: Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, pp.197-221.

Carvalho, C. A. de. (2013) Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. In: Leal, B. S. e Carvalho, C. A. de (orgs.). Narrativas e poética midiáticas. São Paulo: Intermeios, pp.49-65.

Cavallo, G. & Chartier, R. (1999) História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática.

Certeau, M. De. (1975, 2006) A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Chartier, R. (1994) A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora UnB.

Chartier, R. (2001) Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed.

Chartier, R. (2007) Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. São Paulo: Editora UNESP.

Chartier, R. (Coord.). (1998) As utilizações do objecto impresso: Séculos XV-XIX. Algé: Difel.

Gumbrecht, H. U. (1998a) Modernização dos sentidos. São Paulo: Editora 34.

Gumbrecht, H. U. (1998b) Corpo e forma: Ensaio para uma crítica não-hermenêutica. Rio de Janeiro: Ed. Uerj.

Gumbrecht, H. U. & Pfeiffer, K. L. (orgs.). (1994) *Materialities of Communication*. Stanford: Stanford University Press.

Gumbrecht, H. U. (2004b) *Materialidades de Comunicação: Viagem de uma intuição*. In: Sússekind, F. e DIAS, T. (orgs.). *A historiografia literária e as técnicas de escrita*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, Viera e Lent.

Gumbrecht, H. U. (2004a) *Production of presence: What meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press.

Lévi-strauss, C. (1980) *Raça e história*. Lisboa: Presença.

Luhmann, N. (2005) *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus.

Rancière, J. (2005) *Partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34.

Rocha, J. C. de C. (1998) *Introdução*. In: Gumbrecht, H. U. (1998a) *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj.

White, H. *Meta-história*. (1973, 1995) *A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp.

Data de receção: 15/07/2016

Data de aprovação: 25/10/2016